

## ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO NAS ESCOLAS: O SILENCIAMENTO COMO FORMA DE EXCLUSÃO

Silvane dos Passos Barbosa dos Santos Araújo <sup>1</sup>

Michelle Rodrigues Gomes <sup>2</sup>

Thais Silva Trindade das Mercês <sup>3</sup>

### INTRODUÇÃO

O tema sexualidade pode ser visto de uma forma interdisciplinar, na medida em que pode ser estudado a partir de várias disciplinas ou ciências, tais como, Antropologia, Psicologia/Psicanálise, Sociologia, Medicina, Biologia/Química, História, Filosofia (Ética Sexual, Moral Sexual), Teologia e Educação/Pedagogia. Contudo, no Brasil, o tema foi institucionalizado pela medicina, na segunda metade do século XX, a partir de duas características, a Higiêne e a Eugenia. Esta, vinculada a pureza cívica da população e aquela, a pureza moral. (RIBEIRO,2009)

A historiografia da sexualidade no Brasil mostra que muito já foi escrito tanto no campo da medicina quanto da educação, constituindo um cabedal teórico de peso que possibilita a discussão e reflexão em torno do tema. Todavia, a escola, sendo um lugar do conhecimento, teimosamente, mantém-se, na ignorância, com relação à sexualidade, insistindo em afirmar que é um tema de ordem íntima. E quando o faz, aborda o assunto pelo viés da reprodução a partir das aulas de ciências e biologia, numa ótica que não permite discutir a sexualidade diferente da norma heterossexual estabelecida. Homossexualidade, ainda, é um tema que não tem espaço nas instituições escolares, a não ser quando visto por uma ótica desviante da normalidade, contribuindo, dessa forma, para a exclusão de alunos gays e lésbicas do espaço escolar.

O presente texto apresenta os resultados de uma pesquisa, em andamento, que tem como objetivo reconstituir os debates acerca da temática educação sexual no currículo das escolas brasileiras, considerando que, na atualidade, a inserção da sexualidade no currículo foi tema de debates, tanto, durante o processo de construção dos Planos Nacionais de Educação, quanto, na construção da Base Nacional Comum Curricular.

### METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

De abordagem qualitativa realizamos uma pesquisa bibliográfico na busca por autores que nos fornecessem um panorama acerca das discussões sobre educação sexual nas escolas brasileiras. Sendo assim escrevemos auxiliadas por Roseemberg (1985); Figueiró (2009); Ribeiro (2009); Martins (2017); Reis & Egert (2017) e Bailieiro (2018).

### DESENVOLVIMENTO

Ao recorremos a autores que abordam o tema da educação sexual no currículo escolar observamos que é tardio o momento em que o tema sexualidade adentra o currículo das escolas brasileiras, consequência disso é a herança herdada pela igreja católica cujos padres pertenciam ao quadro de professores das escolas até a década de 1960. (FIGUEIRÓ, 2009).

<sup>1</sup>Mestranda do Curso de Gestão e Currículo da Escola Básica da Universidade Federal do Pará-UFPA, [passossilvane@gmail.com](mailto:passossilvane@gmail.com);

<sup>2</sup>Mestranda do Curso de Gestão e Currículo da Escola Básica da Universidade Federal do Pará-UFPA, [prof.michelle06@gmail.com](mailto:prof.michelle06@gmail.com);

<sup>3</sup> Mestranda do Curso de Gestão e Currículo da Escola Básica da Universidade Federal do Pará-UFPA, [profa.thaismercês@gmail.com](mailto:profa.thaismercês@gmail.com);

No ano de 1985, um artigo escrito por Fúlvia Rosenberg<sup>4</sup>, buscou reconstituir, através de pesquisa documental, a trajetória dos debates públicos em torno da proposta de inclusão da disciplina Educação sexual no currículo da escola, no período de 1960 a 1980. A partir das fontes documentais, a pesquisadora desvela os argumentos favoráveis e desfavoráveis que alicerçaram os debates. Segundo ela, foi através do debate público que o mutismo, instalado no início dos anos 70, quebrou-se, possibilitando o ressurgimento da discussão.

Por influência do movimento feminista, no final da década de 1970 e início de 1980, surgiram estudos abordando as questões da identidade sexual, especificamente, a sexualidade no espaço escolar. Sendo, inclusive, nesse período a primeira tentativa de se inserir o conteúdo “orientação sexual” no currículo escolar, proposta que não agradou a sociedade na época (MARTINS, 2017).

Outra tentativa de inserção do tema, na educação brasileira, deu-se a partir da implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, em 1998, como exigência da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN).

Os PCN’s objetivavam orientar as escolas nas proposições pedagógicas, não tinham a mesma obrigatoriedade da BNCC, daí a sua concepção de parâmetros. Foi apresentado as escolas na forma de dez cadernos entre os quais um denominado “Temas Transversais” cujo texto introdutório afirma que tais temas:

apontam também para a importância de discutir, na escola e na sala de aula, questões da sociedade brasileira, como as ligadas à Ética, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Saúde, Trabalho e Consumo ou a outros temas que se mostrem relevantes” (BRASIL, 1998, p. 9).

No entanto, apesar do caráter de ineditismo demonstrado pela inserção dos temas transversais e, principalmente, pelo tema “orientação sexual”, nada foi feito, no sentido de capacitar os professores para trabalharem com a educação sexual na sala de aula (RIBEIRO, 2009), ficando, assim, a cargo do educador identificar a necessidade de abordar questões inerentes a orientação sexual e identidade de gênero, comprometendo, dessa forma, a possibilidade de trazer tais temas à tona e, ainda, contribuindo para o reforço do preconceito já naturalizado na escola.

Considerando a falta de informação referente aos inúmeros tipos de orientação sexual, bem como, a existência de preconceitos e inúmeras formas de discriminação existente em sala de aula e demais ambientes da escola, o Governo Federal lançou, em 2004, o Programa Brasil Sem Homofobia:

O Governo Federal, em maio de 2004, lançou, em parceria com o movimento social LGBT, o Programa Brasil Sem Homofobia (BSH), cujo plano de ações situa o direito à educação entre os seus principais eixos. Signatário do Programa, o Ministério da Educação comprometeu-se a implementar, em todos os níveis e modalidades de ensino, ações voltadas à promoção do reconhecimento da diversidade sexual e ao enfrentamento do preconceito, da discriminação e da violência em virtude de orientação sexual ou identidade de gênero. Para isso, entre outras ações, a Secad/MEC desenvolveu entre 2005 e 2006 o projeto Formação de Profissionais da Educação para a Cidadania e Diversidade Sexual, com a finalidade de promover, por meio de cursos de formação e capacitação, posturas de respeito a todas as diferenças que constituem a sociedade brasileira, em especial, as relativas à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero. (Henrique, 2007 APUD Filho, 2018)

---

<sup>4</sup> Pesquisadora do Instituto Carlos Chagas, falecida no ano de 2004.

Ainda no âmbito do Programa Brasil Sem Homofobia, a Secad lançou, no ano de 2009, o volume intitulado “Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas” organizado por Rogério Diniz Junqueira.

Sabe-se que, em 2004, várias solicitações foram feitas, através de documentos que tramitaram no congresso, por um movimento denominado “Escola sem Partido” que entre outras coisas pediu a exclusão dos termos “orientação sexual” e “identidade de gênero” do Plano Nacional de Educação (PNE) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)<sup>5</sup>.

Durante as discussões do Plano Nacional de Educação, em 2010, os termos orientação sexual e identidade de gênero foram duramente atacados, convertidos, pelos seus opositores, no termo “ideologia de gênero” (REIS & EGERT, 2017). Estes ataques estiveram presentes nos seminários envolvendo a segunda versão da Base Nacional Comum Curricular, cujo termo “ideologia de gênero” foi amplamente usado como uma espécie de teoria conspiratória elaborada pelos movimentos LGBT’s, cujo objetivo seria introduzir no currículo escolar formas de ensinar os meninos a serem gays e as meninas a serem lésbicas espalhando, dessa forma, um certo “pânico moral” (BAILIEIRO, 2018) pondo em risco o futuro das famílias brasileiras.

Em 2011, o Programa Brasil sem Homofobia foi vetado, pela “presidenta” Dilma Russel, em atendimento a bancada evangélica liderada, na época, pelo atual presidente eleito, Jair Messias Bolsonaro, que apelidou os materiais que seriam distribuídos nas escolas de “Kit Gay”.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Percebemos, a partir deste estudo, que, ainda que esforços tenham sido realizados, no sentido de combater o preconceito e a discriminação, em torno do tema da sexualidade na educação referente a discussão das várias formas de orientação sexual e conhecimento acerca da identidade de gênero parecem não ter sido suficientes para impedir um silenciamento durante os debates da construção da BNCC, bem como, a presença de um certo estado de resignação a partir da implementação da versão oficial, em 2017. Nesse sentido (Almeida, 2011) afirma que estar disposto a discutir estes temas requer do educador uma postura crítica diante do seu fazer profissional. Sendo assim o silêncio e o não reconhecimento da importância de abordar estes temas parece esconder uma postura preconceituosa por parte dos próprios educadores. Louro (2010) afirma que ao evitar falar deles (gays) e delas (lésbicas) se pretenda eliminá-los, garantindo, assim, a manutenção da “norma”.

Dessa forma, percebemos que a historiografia da sexualidade no Brasil mostra que muito já foi produzido sobre a temática, tanto no campo da medicina quanto na educação, constituindo um cabedal teórico de peso que possibilita a discussão e reflexão em torno do tema.

A inclusão da sexualidade enquanto componente curricular não é uma discussão contemporânea, mas atualmente, se encontra em franco risco com a implementação de um documento de caráter normativo, que exclui o tema do currículo, como é o caso da Base Nacional Comum Curricular.

Sabemos que ao fazê-lo inviabiliza, também, a proposição de cursos de formação de professores para discutirem acerca da sexualidade nas escolas, não pelo viés higienista, mas como um direito do ser humano de viver como se é, respeitando a sua forma de ser e estar no mundo. Nesse sentido, as pesquisas indicaram que o país caminha para um retrocesso sem

---

<sup>5</sup> A base Nacional Comum Curricular foi homologada em 22 de dezembro de 2017.

precedentes, no sentido de excluir das escolas pessoas LGBT, contribuindo, dessa forma, não só para o aumento da evasão escolar como também, a violência na escola relacionada a práticas homofóbicas, pondo em risco a tão propagada cultura para a paz.

Louro (2008), afirma que, tal como no século passado, hoje, no século XXI, a sexualidade ainda é alvo da vigilância e do controle da sociedade.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Vivemos tempos difíceis, de ameaças a garantias de direitos, conseguidas com luta e empenho de atores dos vários movimentos sociais, entre eles o movimento feminista e o LGBT. Portanto, faz-se necessário a insistência nessa discussão, mas com novas adesões.

Enquanto professores cabe-nos uma parcela dessa responsabilidade, pois, na maioria das vezes somos testemunhas silenciosas de práticas homofóbicas ocorridas no ambiente escolar.

A pesquisa mostrou que referenciais para estudos e discussões não faltam. Nossos teóricos produziram e produzem estudos capazes de nos formar, de nos levar a compreender o que são essas identidades, quais as causas dos preconceitos, quais as formas de violência que deles advém.

Portanto o que, parece, nos faltar é disposição para se despir de verdades dogmáticas e compreender que silenciar é também contribuir para que práticas preconceituosas e violentas se enraizem e naturalizem.

**Palavras-chave:** escola; sexualidade; educação; identidade de gênero; orientação sexual.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sandra Aparecida de et al . Orientação sexual nas escolas: fato ou anseio. Rev. Gaúcha Enferm. (Online), Porto Alegre, v. 32, n. 1, mar 2011.

BALIEIRO, Fernando F. “Não se meta com meus filhos”: da invenção à disseminação do fantasma da “ideologia de gênero”. Cadernos Pagu (53), Campinas, SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-Unicamp, 2018.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (org.). Educação Sexual: múltiplos temas, compromisso comum. \_ Londrina: UEL, 2009. 190 p.

FILHO, Pedro Alves dos Santos. Orientação sexual e identidade de gênero nas escolas: uma questão de cidadania sexual. Educon, Aracajú, Volume 12, n.01, p. 1-11, set/2018. Disponível em: [www.educonse.com.br/xiicoloquio](http://www.educonse.com.br/xiicoloquio). Acesso em: 04 de julho de 2019

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-posições**. Campinas. v. 19. n. 2. p. 17-23. maio-agosto. 2008.

\_\_\_\_\_, Guacira Lopes (organizadora). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 3ª ed. Belo horizonte: Autentica Editora, 2010.

MARTINS, Walquíria. Gênero e Sexualidade na formação docente: um estudo a partir do currículo. São Luiz: EDUFMA, 2017

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A institucionalização dos saberes acerca da sexualidade humana e da educação sexual no Brasil. In: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (org.). Educação Sexual: múltiplos temas, compromisso comum. \_ Londrina: UEL, 2009. p. 129-140

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação sexual na escola. Cadernos de pesquisa, São Paulo, v.53, n.1, p.11-19, maio, 1985

REIS, Toni & EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 138, p.9-26, jan.-mar., 2017